

DEPENDÊNCIA DE MEGAPROJECTOS E DESINDUSTRIALIZAÇÃO PREMATURA EM MOÇAMBIQUE

Epifânia Langa

INTRODUÇÃO

Moçambique, umas das economias outrora apresentadas como exemplos de países africanos em ascensão (Radelet, 2010; Segura-Ubiergo *et al.*, 2014), enfrenta uma profunda crise económica que é muitas vezes referida como «crise da dívida pública», desencadeada pela aceleração do endividamento público nos últimos anos (AllAfrica, 2016; Brock, 2016). Entretanto, restringir a actual crise económica à crise da dívida pública é sobretudo enganador, na medida em que desvia o debate sobre a política pública para o enfoque no controlo dos níveis de sustentabilidade fiscal, em detrimento de uma discussão profunda da estrutura económica que torna a economia vulnerável a crises cíclicas de acumulação e dependente de fluxos externos de capital na forma de ajuda externa, investimento directo estrangeiro (IDE) e endividamento público (Castel-Branco, 2014; Castel-Branco & Ossemame, 2010; Massarongo, 2016). Portanto, tirar ilações do actual contexto de crise económica requer reavaliar o padrão de crescimento económico criado nas últimas duas décadas e as suas implicações para a sustentabilidade da economia.

É neste contexto que o presente artigo pretende discutir as características e implicações da estrutura produtiva desenvolvida nas últimas duas décadas, através da análise de: 1) estrutura comercial e de investimento, e a sua inter-relação; 2) características e dinâmicas em curso na indústria transformadora doméstica; 3) inserção dos fornecedores nacionais na cadeia de valor dos megaprojectos de IDE no País. O artigo essencialmente argumenta que Moçambique segue uma trajectória oposta à transformação económica, na medida em que cresce a dependência de produtos primários ao mesmo tempo que se desencadeia um processo de desindustrialização prematura, o que constrange a multiplicação e a intensificação das ligações dentro da economia. A análise é motivada pela necessidade de reforçar a evidência a favor da revitalização do papel do Estado em países em desenvolvimento através de uma política industrial mais interventiva e focada na aceleração da aprendizagem e do desenvolvimento tecnológico (Amsden, 1989, 2001, Chang, 1994, 2002; Khan, 2013; Lall, 2004). Esta visão contrasta com visões ortodoxas de desenvolvimento económico que continuam a enfatizar a exploração de vantagens

comparativas para rápida integração na economia global (Lin, 2003, 2013), apesar de casos de economias em desenvolvimento dependentes da exportação de commodities, portanto, focadas na exploração de vantagens comparativas, como Moçambique, ilustrem a fraqueza e a insustentabilidade deste tipo de abordagens.

O artigo é composto por mais quatro secções. A segunda secção analisa a base produtiva e comercial, olhando para a estrutura de importações e exportações da economia, e as dinâmicas do IDE, com enfoque no impacto da dependência da economia em relação a megaprojectos. A terceira secção analisa as características e dinâmicas da indústria transformadora (ou manufactureira) doméstica de modo a avaliar em que medida a economia está a criar capacidades para alterar a natureza do crescimento económico a médio e longo prazo. A quarta secção discute as limitações no desenvolvimento de ligações produtivas entre pequenas e médias empresas nacionais e megaprojectos de IDE como uma das implicações do desenvolvimento de uma base produtiva concentrada e com tendências a desindustrializar prematuramente. A última secção apresenta as conclusões e implicações.

ESTRUTURA DA BASE PRODUTIVA NACIONAL E O SEU IMPACTO MACROECONÓMICO

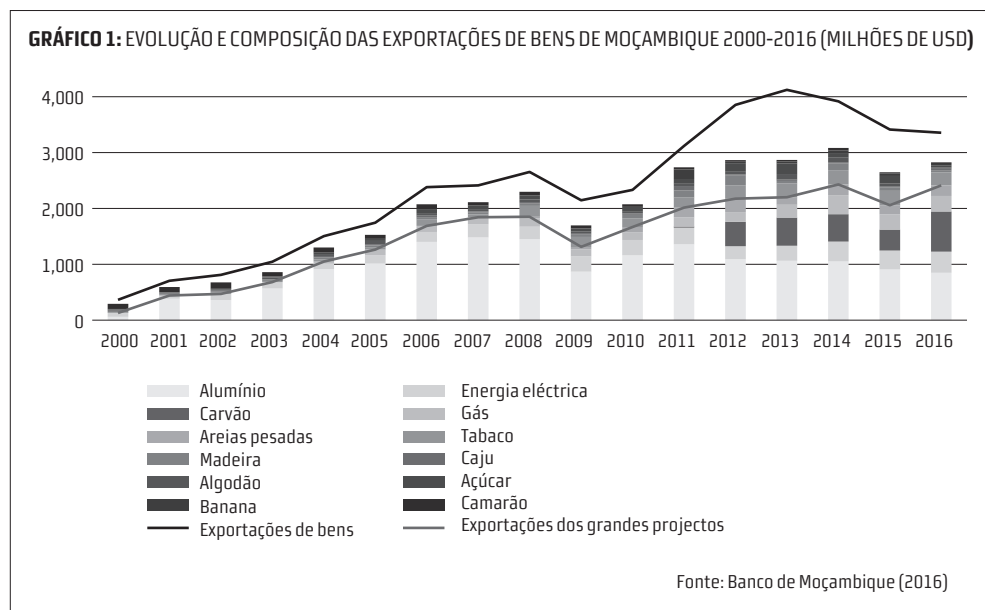
Uma das características principais do padrão de crescimento da economia de Moçambique é a sua dependência da exportação de um pequeno leque de produtos primários, tornando-se cada vez mais significativa com a entrada de elevados fluxos de IDE, na forma de megaprojectos, a partir de finais da década 1990 (Castel-Branco, 2010).

O Gráfico 1 mostra a evolução e a composição das exportações de bens entre os anos 2000 e 2016, permitindo evidenciar estas duas características das exportações domésticas no período contemporâneo.

A primeira característica refere-se à sua natureza primária, isto é, ao domínio de exportações sem ou com baixo nível de processamento. Com a excepção da banana e do camarão, que podem destinar-se ao consumo final, em geral as exportações entram em fases mais avançadas de processamento e/ou servem como matéria-prima em cadeias de valor internacionais para gerar diversos produtos acabados.

A segunda característica é a concentração em torno de poucos produtos do complexo mineral-energético provenientes de megaprojectos – a energia eléctrica, o alumínio, o gás natural, as areias pesadas e o carvão correspondem a seis megaprojectos que formam o núcleo do processo de acumulação da economia neste período. Após o início das exportações do alumínio da Mozal em 2000 como o primeiro megaprojecto de IDE no País, o grau de concentração das exportações à volta do complexo mineral-energético aumentou à medida que novos megaprojectos começaram a exportar (o gás natural da Sasol em 2004, as areias pesadas da Kenmare em 2007, o carvão da Vale em 2011 e da Rio Tinto em 2012) e/ou os

megaprojectos em operação expandiram as suas capacidades de produção (caso do alumínio em 2003, do gás natural em 2012 e do carvão em 2016). Assim, devido a elevados níveis de concentração, a tendência das exportações em Moçambique – os seus períodos de expansão ou contracção – é determinada pelas exportações dos megaprojectos de IDE. As recentes descobertas de reservas de gás natural na bacia do rio Rovuma, cerca de dez vezes maiores do que as actualmente exploradas pela Sasol em Pande-Temane, irão aumentar drasticamente os níveis de concentração das exportações.

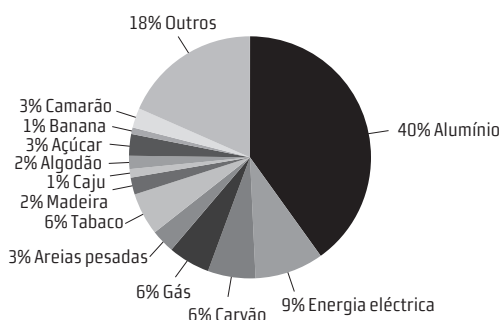


Os Gráfico 2a e 2b demonstram a concentração das exportações olhando para o peso médio de cada produto e por categorias de produtos entre 2000 e 2016. O alumínio, a energia eléctrica, o carvão, o gás e as areias pesadas formam o complexo mineral-energético, representando 64% das exportações no referido período. As commodities agrícolas e agro-industriais – o tabaco, a madeira, o caju, o algodão, o açúcar e a banana – que outrora representavam os principais produtos de exportação diminuíram substancialmente o seu peso nas exportações totais nacionais ao longo deste período, correspondendo a 15% das exportações, não obstante o aumento moderado das exportações de tabaco, açúcar e madeira, e a emergência da banana como produto agrícola estatisticamente significativa nas exportações. Os restantes 21% englobam diversos produtos com destaque para o camarão, cujas exportações contraíram em cerca de 68% entre 2000 e 2016.

Portanto, nas últimas duas décadas, a economia de Moçambique consolidou a dependência da exploração de recursos naturais, mas com uma mudança significativa na composição

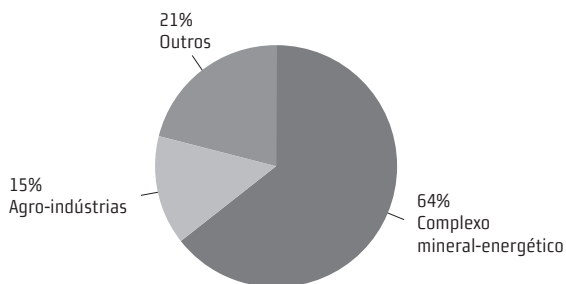
crescimento económico da dependência em poucas commodities agrícolas e pesqueiras para o domínio de commodities do complexo mineral-energético. Este padrão de acumulação torna a economia excessivamente vulnerável a crises cíclicas de acumulação, dada a volatilidade dos preços de *commodities* nos mercados internacionais, o que torna o padrão de acumulação insustentável do ponto de vista macroeconómico (Castel-Branco & Ossemane, 2010). Por isso, períodos de queda dos preços de *commodities* no mercado internacional significam períodos de contracção significativa das exportações, como registado durante a crise global de 2009 e entre 2014 e 2016 (Bose, 2016; Sanderson, 2017).

GRÁFICO 2a: PESO MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS POR PRODUTO E POR CATEGORIA DE PRODUTOS, 2000-2016 (%)



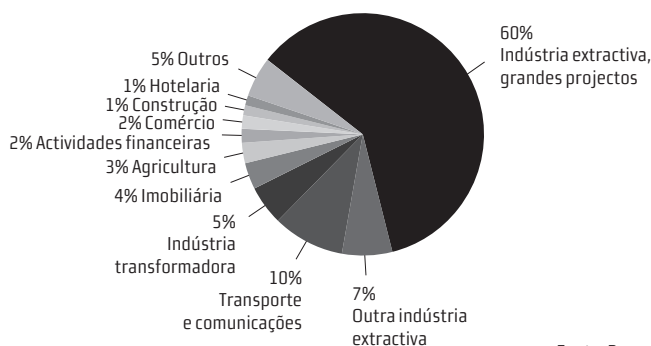
Fonte: Banco de Moçambique (2016)

GRÁFICO 2b: PESO MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS POR PRODUTO E POR CATEGORIA DE PRODUTOS, 2000-2016 (%)



Fonte: Banco de Moçambique (2016)

GRÁFICO 3: ESTRUTURA DO IDE EM MOÇAMBIQUE, 2002-2016 (MILHÕES DE USD)

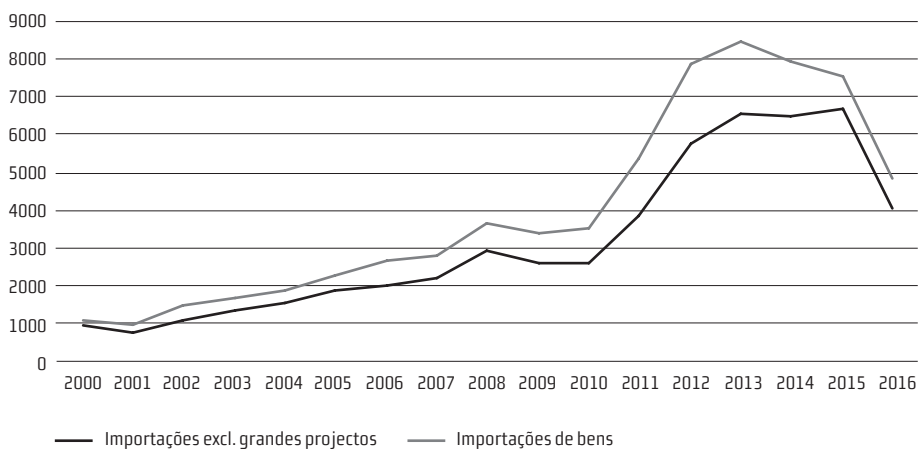


Fonte: Banco de Moçambique (2016)

Com a excepção da energia eléctrica, estas exportações representam megaprojectos de IDE, o que mostra a elevada dependência de capitais externos para financiar o investimento. O Gráfico 3 confirma que a estrutura das exportações reflecte a orientação do IDE em Moçambique, igualmente concentrada em torno da indústria extractiva (essencialmente na forma de grandes projectos) e das suas indústrias de suporte, o transporte e comunicações, que representaram em conjunto 77% do IDE entre 2002 e 2016.

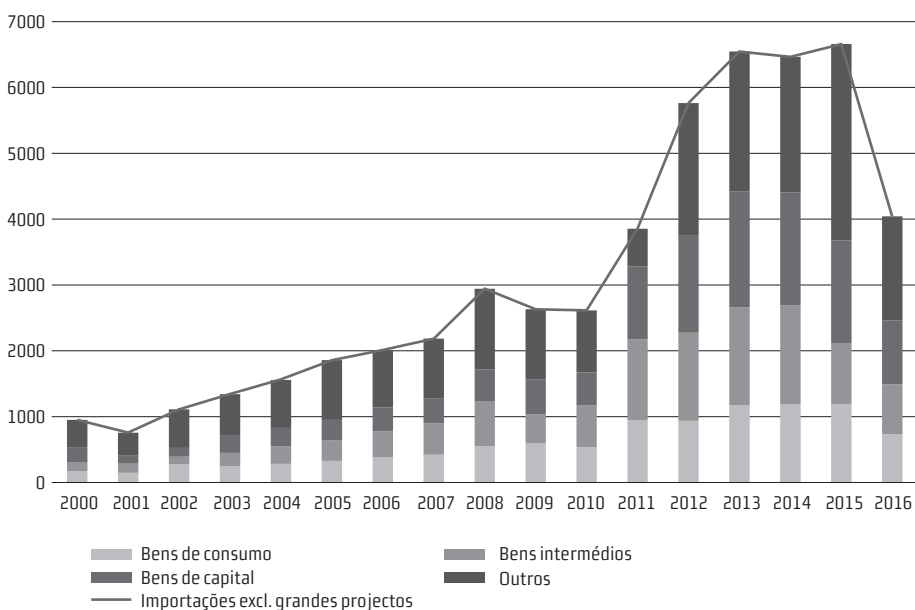
Por sua vez, a evolução e a estrutura das importações em Moçambique, apresentada nos Gráficos 4 e 5, respectivamente, ilustram o crescimento contínuo das importações dos grandes projectos e do resto da economia, tendo estas acelerado drasticamente entre 2011 e 2013, período de pico dos influxos de IDE na economia (Gráfico 7). Durante este período, duplicaram as importações dos grandes projectos, que importam essencialmente meios de produção, bem como as importações de bens intermédios (combustíveis, energia eléctrica, cimento, estruturas metálicas e produtos químicos diversos) e de bens de capital (equipamento e maquinaria diversa) do resto da economia, evidenciando a demanda adicional criada pelas actividades dos grandes projectos, principalmente no que concerne a actividades de construção e transporte desempenhadas por empresas subcontratadas ou fornecedoras. A partir de 2014, inicia um período de redução acentuada das importações, dada a contracção da actividade económica num contexto de queda dos preços dos produtos primários de exportação.

GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DE BENS EM MOÇAMBIQUE (INCLUINDO E EXCLUINDO GRANDES PROJECTOS), 2000-2016 (MILHÕES DE USD)



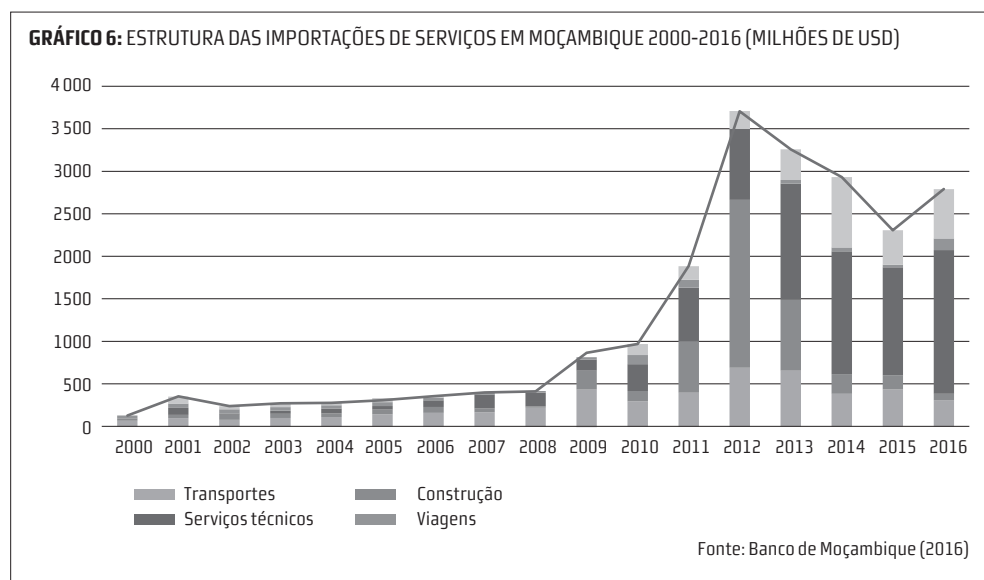
Fonte: Banco de Moçambique (2016)

GRÁFICO 5: ESTRUTURA DAS IMPORTAÇÕES DE BENS EM MOÇAMBIQUE, 2000-2016 (MILHÕES DE USD)



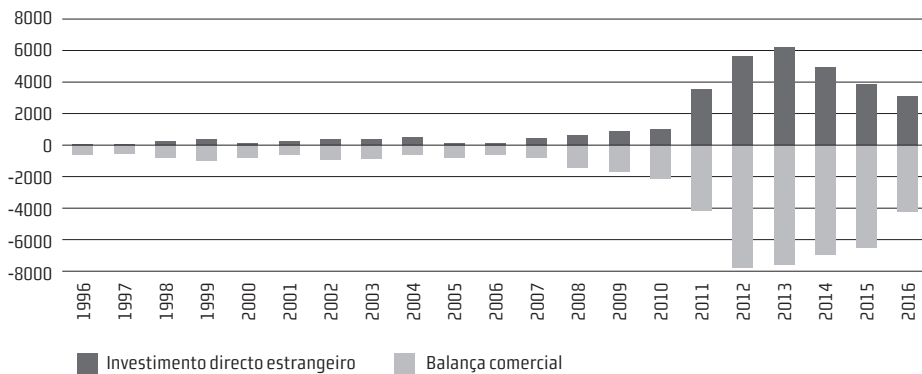
Fonte: Banco de Moçambique (2016)

O Gráfico 6 mostra a estrutura das importações de serviços em Moçambique entre 2000 e 2016. O gráfico confirma o aumento gradual da importação de serviços de construção e técnicos justificados pela construção dos empreendimentos, infra-estruturas de suporte e operacionalização das actividades dos megaprojectos. Tal como verificado na estrutura das importações de bens, o período de 2011 a 2013 foi igualmente um período de explosão na importação de serviços de construção e técnicos, sendo que estes últimos mantiveram uma tendência crescente contínua, apesar da redução drástica da importação de serviços de construção a partir de 2014.



Assim, a análise da estrutura das importações de bens e serviços em Moçambique mostra que o sistema de acumulação da economia baseado em megaprojectos de IDE dependentes de importações cria fortes pressões sobre a balança de pagamentos, resultando na deterioração do saldo da balança comercial ao longo do tempo. Ou seja, existe uma forte relação (quase simétrica) entre os níveis de investimento, particularmente de IDE, e os níveis do défice da balança comercial, como mostra o Gráfico 7, associada com as fracas e concentradas capacidades produtivas da economia, com ligações intra e interindústrias subdesenvolvidas. Por isso, períodos de elevados influxos de IDE, como entre 2011 e 2013, são acompanhados de uma deterioração do saldo da balança comercial, tal como períodos de contracção do IDE têm o efeito de reduzir o défice da balança comercial.

GRÁFICO 7: RELAÇÃO ENTRE INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO E A BALANÇA COMERCIAL EM MOÇAMBIQUE (MILHÕES DE USD)



Fonte: Banco de Moçambique (2016)

Portanto, ao consolidar um sistema de acumulação baseado no complexo mineral-energético ao longo das últimas duas décadas, a economia recebeu significativos influxos de IDE na forma de megaprojectos intensivos em capital e orientados para a exportação de produtos primários, no entanto, não desenvolveu capacidades internas para fazer face à demanda por bens e serviços por parte da crescente população urbana, das pequenas e médias empresas, dos megaprojectos e do Estado. Assim, o padrão de crescimento da economia moçambicana está dependente de capitais externos e é sustentado por bens e serviços externos à economia, dado que a economia é incapaz de substituir importações através de ligações a montante e a jusante, e de diversificar exportações para além dos produtos primários. Períodos de crise internacional ou oscilações de preços de produtos primários nos mercados internacionais afectam em simultâneo o nível de rendimento, os níveis de investimento e a capacidade de importar do País.

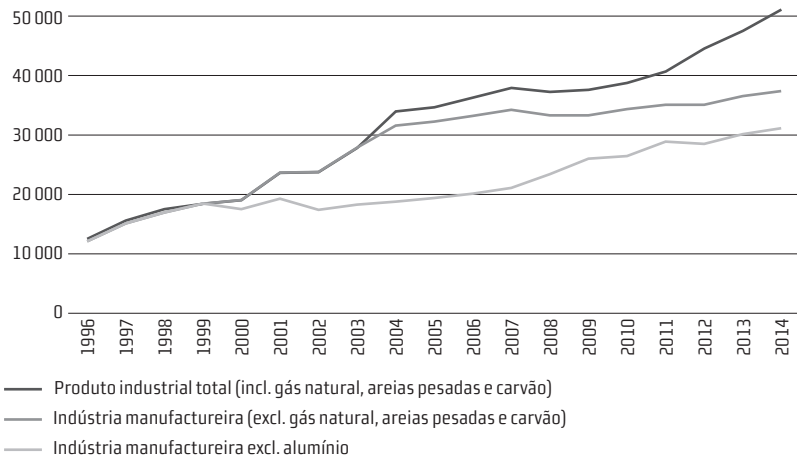
DESINDUSTRIALIZAÇÃO PREMATURA NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA EM MOÇAMBIQUE

Num contexto em que num nível agregado a economia mostra a consolidação de uma estratégia de acumulação baseada no complexo mineral-energético, é importante analisar as dinâmicas da produção industrial, particularmente da indústria manufactureira excluindo megaprojectos, por permitir verificar em que medida capacidades para diversificar e articular a base produtiva a médio e longo prazo estão a ser desenvolvidas. Entretanto, os dados da composição da

produção e as dinâmicas do sector indicam que a indústria manufactureira nacional está a enfrentar um processo referido na literatura como «desindustrialização prematura» (Rodrik, 2007, 2015), que em Moçambique é resultado da combinação de dois processos: 1) a redução do número e da variedade de actividades na economia e a sua crescente concentração em torno das actividades mais primárias dentro da indústria transformadora como um todo, bem como dos respectivos subsectores; 2) a progressiva perda de capacidades tecnológicas e a simplificação de processos produtivos nas empresas industriais existentes.

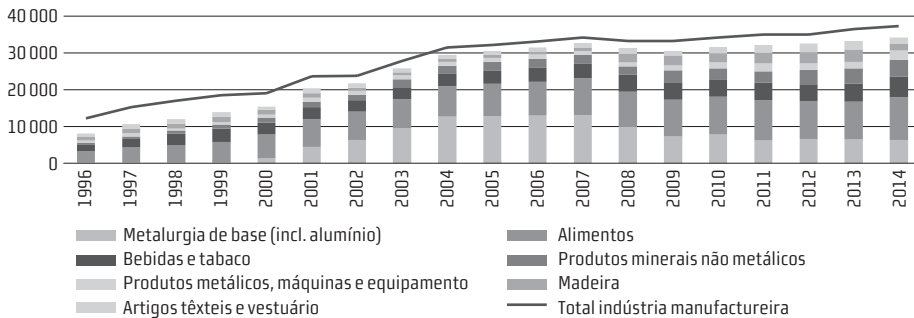
Os Gráficos 8 e 9 demonstram as tendências de concentração do crescimento da produção industrial doméstica. O Gráfico 8 mostra a evolução da produção industrial entre 1996 e 2014, incluindo e excluindo a contribuição dos principais produtos industriais, para permitir uma melhor visualização das tendências de desenvolvimento industrial. O gráfico mostra que, enquanto a produção industrial total crescia a um ritmo acelerado movido pela produção dos megaprojectos (alumínio, gás natural, areias pesadas e carvão), a indústria manufactureira tradicional registou um crescimento lento com períodos de declínio até 2006. Entre 1996 e 2006, a produção industrial total cresceu a uma taxa média anual de 12%, enquanto a produção industrial excluindo a produção dos grandes projectos cresceu a uma taxa média anual de 5%. O Gráfico 9 mostra que a elevada concentração da produção manufactureira no alumínio, aliada ao fraco dinamismo dos outros sectores, implica que períodos de expansão rápida ou de estagnação da produção da indústria manufactureira são determinados pelas dinâmicas do alumínio. Assim, enquanto, por um lado, o período de maior aceleração da produção industrial, registado entre 2001 e 2004, esteve associado à expansão da capacidade produtiva da fábrica de alumínio Mozal, por outro, a relativa estagnação do produto da indústria manufactureira e a redução do *gap* entre este e o produto da indústria manufactureira, excluindo o alumínio a partir de 2008, deveu-se em grande parte à contracção significativa do valor da produção do alumínio (devido à quebra significativa dos preços no mercado internacional desde a crise económica global de 2009), apesar do crescimento moderado da produção de alimentos, bebidas, tabaco, minerais e madeira.

GRÁFICO 8: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL INCLUINDO E EXCLUINDO OS PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIAIS, 1996-2014 (MILHÕES DE MT, PREÇOS CONSTANTES DE 2009)



Fonte: cálculos da autora baseados em dados do INE (vários anos)

GRÁFICO 9: COMPOSIÇÃO SUBSECTORIAL DA INDÚSTRIA MANUFACTUREIRA, 1996-2014 (MILHÕES DE MT, PREÇOS CONSTANTES DE 2009)



Fonte: cálculos da autora baseados em dados do INE (vários anos)

Para além do sector metalúrgico, que é dominado pelo alumínio, os sectores mais dinâmicos da produção manufatureira nacional, nomeadamente os alimentos, as bebidas e o tabaco, e os minerais não metálicos são igualmente concentrados em torno de poucos produtos. A Tabela 1 apresenta os principais produtos dos três maiores subsectores da indústria transformadora tradicional (excluindo o alumínio) e mostra o seu peso individual e conjunto na produção total do subsector. A tabela evidencia elevados níveis de concentração da produção em torno de cinco produtos: o açúcar e a farinha de trigo, que dominam a indústria alimentar, tendo aumentado o seu peso no subsector de cerca de 54% em 1997 para 67% em 2014; a cerveja e os refrigerantes na indústria de bebidas, que registaram um aumento da sua contribuição no subsector de 64% em 1997 para 76% em 2014, depois de terem atingido 96% em 2006; e o

cimento na indústria de produtos minerais não metálicos, que representam cerca de 72% da produção do subsector. Adicionalmente, a tabela mostra que o peso destes cinco produtos na indústria transformadora tradicional mostra uma tendência crescente, reflectindo não só a aceleração dos seus níveis de produção mas, fundamentalmente, a fraca revitalização da produção do sector industrial em geral (como o chá e o caju processado), bem como a contracção gradual ou mesmo desaparecimento de várias actividades industriais como cerâmica, vidros, borrachas, ferro, aço e produção de maquinaria simples.

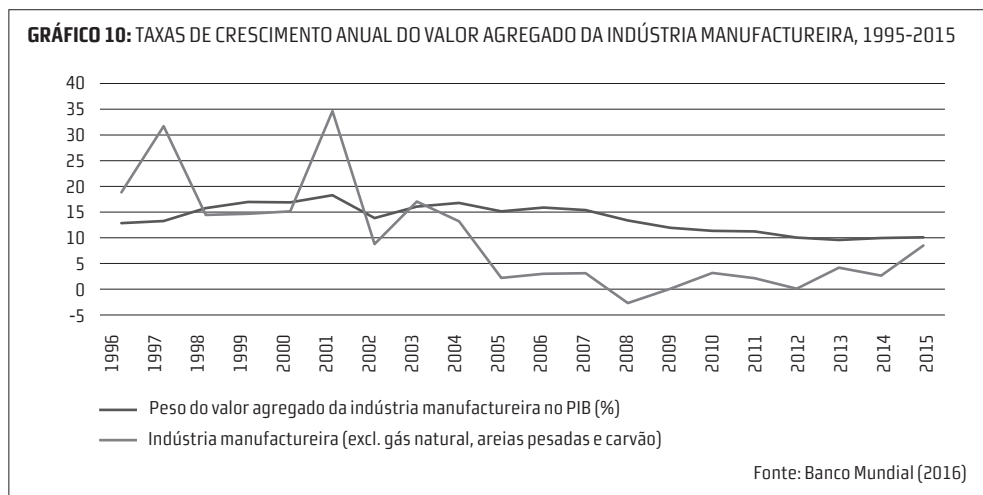
TABELA 1: PESO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NO SUBSECTOR E NA INDÚSTRIAMANUFACTUREIRA

SUBSECTORES	PRODUTOS	% NO SUBSECTOR		
		1997	2006	2014
Alimentos	Açúcar	13%	35%	47%
	Farinha de trigo	41%	36%	21%
	Subtotal	54%	70%	67%
Bebidas	Cerveja	42%	56%	53%
	Refrigerantes	22%	40%	22%
	Subtotal	64%	96%	76%
Produtos minerais não metálicos	Cimento	63%	89%	72%
	Subtotal	63%	89%	72%
Peso no total da indústria manufactureira excl. alumínio		43%	70%	52%

Fonte: Cálculos da autora baseados em dados do INE (vários anos) e Castel-Branco (2010)

Portanto, apesar da rápida expansão da economia e de elevados influxos de IDE nas últimas duas décadas, a estrutura produtiva na indústria transformadora não evolui significativamente. Pelo contrário, a economia não só não adquire novas capacidades para permitir diversificar a produção como está a perder capacidades em actividades com maior potencial para as sofisticar e ampliar através de ligações inter e intraindustriais, gerando, assim, maior valor acrescentado para a economia. De facto, como ilustrado pelo Gráfico 10, dados sobre o valor agregado gerado pela indústria manufactureira indicam que níveis de crescimento significativos foram somente registados durante períodos de implementação de grandes projectos de IDE: a revitalização das indústrias de açúcar, bebidas e cimento entre 1997 e 1999, o início da produção da Mozal em meados de 2000 e o aumento da sua capacidade em 2003. Entre 1995 e 2003, a taxa média de crescimento do valor agregado foi de 18% ao ano, contrastando com o período entre 2004 e 2015, caracterizado pela redução considerável do ritmo de expansão, resultando num crescimento médio de apenas 3% ao ano. A queda mais significativa registou-se em 2008, com um crescimento negativo de 3%, o que reflecte uma acumulação de perdas na

indústria, dado que o valor da produção não superou os custos incorridos. Consequentemente, o peso do valor agregado da indústria manufactureira no Produto Interno Bruto (PIB) mostra uma tendência decrescente, tendo reduzido de 13% em 1996 para 10% em 2015.



Ademais, Warren-Rodríguez (2008, 2010) argumenta que as indústrias de metalurgia e de produtos químicos ligeiros estão a enfrentar processos de obsolescência tecnológica contínua, acompanhados pela progressiva simplificação de processos produtivos. Um inquérito à indústria manufactureira reporta que cerca de 62% das empresas inquiridas enfrentam sérias dificuldades em realizar a manutenção e a reparação do seu equipamento, dado que as suas máquinas foram adquiridas durante a década de 1990, altura em que as últimas aquisições significativas de novas tecnologias foram efectuadas (Cruz, Guambe, Marrengula, & Ubisse, 2014).

Portanto, estes estudos indicam que o conjunto de habilitações e capacidades tecnológicas das empresas moçambicanas na indústria manufactureira está a enfraquecer ao longo do tempo, uma trajectória de desenvolvimento contrária à transformação estrutural da natureza primária e subdesenvolvida da base produtiva.

LIGAÇÕES PRODUTIVAS COMO MECANISMO DE TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA

As ligações produtivas entre pequenas e médias empresas nacionais e os grandes projectos de IDE são vistas pelos fazedores de política e pelo sector privado como um dos mecanismos centrais para o fortalecimento do empresariado nacional e da industrialização do País, tal

como se argumenta na mais recente estratégia e política industrial de Moçambique (MIC, 2016). Assim, num contexto em que a fábrica de fundição de alumínio da Mozal e a planta de processamento de gás natural da Sasol contam com mais de dez anos de produção efectiva, e as minas de exploração de carvão da Vale e ICVL com cerca de seis anos, importa compreender em que medida o estabelecimento de ligações com fornecedores nacionais permitiu à política industrial atingir os seus objectivos, dadas as características da base produtiva doméstica.

Com efeito, esta secção sumariza os resultados de pesquisa sobre as dinâmicas que emergiram a médio e longo prazo em pequenos e médios fornecedores da fábrica de fundição de alumínio Mozal discutidos em Langa e Mandlate (2015) e das minas de carvão em Tete discutidos em Langa (2015) e Mandlate (2015). Os estudos mostram que, dadas as estruturas económicas existentes e as características das empresas nacionais, as ligações produtivas entre pequenos e médios fornecedores nacionais não permitem dinamizar e sustentar a industrialização da base produtiva. O argumento é explicado pela combinação de dois factores: 1) a amplitude das ligações realizáveis limitada fundamentalmente a actividades básicas em áreas de suporte ou complementares; 2) a instabilidade das ligações estabelecidas, o que não permite que estas sejam uma base sustentável para o crescimento das empresas. O padrão de crescimento que emerge nas empresas fornecedoras contribui para a proliferação de actividades de baixa intensidade tecnológica e de baixo valor agregado, bem como para a perda de capacidades industriais nas empresas, sustentando o processo de desindustrialização prematura.

NATUREZA DAS LIGAÇÕES ESTABELECIDAS

Num contexto em que os fornecedores nacionais são de pequena e média dimensão e possuem fracas capacidades produtivas, tecnológicas e financeiras, a natureza das ligações produtivas realizáveis com megaprojectos de IDE é limitada. A maioria das actividades dos fornecedores nacionais concentra-se na provisão de serviços básicos em áreas de suporte ou complementares. Exemplos destas actividades nas empresas estudadas incluem tanto fornecedores de serviços dependentes de importações e de baixo valor acrescentado como o transporte, fornecimento de equipamento de protecção pessoal, limpeza, lavandaria e catering, como fornecedores no fornecimento de peças metálicas ligeiras, soldadura de estruturas metálicas e manutenção industrial ligeira, que são actividades em sectores com potencial tecnológico relevante, mas que são de baixa complexidade. A provisão de bens e serviços críticos aos megaprojectos de IDE como água, energia eléctrica, serviços portuários e transporte ferroviário por empresas nacionais restringe-se às grandes empresas públicas.

Este é o resultado naturalmente esperado no cruzamento entre a estrutura produtiva doméstica que é subdesenvolvida e com tendências a desindustrializar-se e os megaprojectos de IDE que representam mercados de grande dimensão, são dinâmicos e operam com padrões internacionais de gestão, qualidade e segurança (Castel-Branco & Goldin, 2003).

A concretização de ligações em áreas de maior complexidade requer investimento significativo, o que é constringido pela indisponibilidade de informação sobre a demanda real do mercado, o elevado custo do financiamento na economia, a necessidade de tempo de aprendizagem de novos processos produtivos e garantias de acesso ao mercado. Por isso, enquanto, por um lado, os *first movers*, as primeiras empresas a aceder ao mercado de megaprojectos de IDE e que realizaram investimento na expansão e reestruturação do seu processo produtivo, estão relativamente mais bem posicionados para se ligar com outros grandes projectos, por outro lado, estas constringem a entrada de novos fornecedores.

SUSTENTABILIDADE DAS LIGAÇÕES E PADRÕES DE CRESCIMENTO EMERGENTES

Fornecer bens e serviços a um megaprojecto como a Mozal ou a Vale resulta no aumento significativo do volume de negócios das empresas, o que implica melhorias significativas na sua condição financeira, mas também cria elevada dependência da empresa em relação ao megaprojecto. Adicionalmente, como referido, a manutenção de uma ligação contínua com um megaprojecto tem também repercussão sobre os processos produtivos das empresas, que são reestruturados para responder às suas exigências. Em certos casos, esta reestruturação envolve a aquisição de novas linhas de produção e equipamento usados exclusivamente para fornecer um megaprojecto. No entanto, ao adquirir estas capacidades, estas empresas perdem competitividade no mercado tradicional doméstico, na medida em que este não absorve a nova estrutura de custos de produção resultante da melhoria de capacidades.

Entretanto, a experiência mostra que são poucas as empresas que conseguem estabelecer ligações de longo prazo com um ou mais megaprojectos. Em geral, as ligações são de curta duração e instáveis, o que é em parte explicado pelo facto de os fornecedores nacionais operarem em áreas não prioritárias e, por isso, serem mais vulneráveis a oscilações contratuais. Assim, quando a ligação é interrompida, as empresas fornecedoras enfrentam períodos de crise mais ou menos moderada, dependendo do grau de dependência financeira da empresa em relação ao megaprojecto em causa e à sua habilidade de estabelecer ligações com outros megaprojectos. Estes períodos de crise, dado o fim de uma ligação com um megaprojecto, são, geralmente, caracterizados por prejuízos financeiros decorrentes dos investimentos realizados e de conflitos a volta da remoção das melhorias nas condições de trabalho e de padrões internacionais (como o ISO 9000) instituídos durante a ligação. Portanto, a experiência das empresas estudadas questiona a premissa de que a ligação com um megaprojecto garante crescimento sustentável das empresas a longo prazo.

Assim, de modo a sustentar o seu crescimento nas novas estruturas de custos e reduzir o risco associado à dependência excessiva do volume de negócios em relação a um megaprojecto, as empresas procuram diversificar a sua carteira de clientes bem como o seu leque actividades,

focando-se em grandes projectos de IDE e do sector público. Um exemplo do padrão de diversificação de actividades é visto nas empresas metalomecânicas, que diversificam o fornecimento de equipamento mineiro importado, o comércio a retalho e a imobiliária. Ou seja, o invés de diversificarem as actividades avançando para fases mais complexas da sua cadeia de valor, o padrão de diversificação de actividades que emerge nas empresas realiza-se fora da sua especialização inicial, visto que as empresas exploram áreas de menor risco e maior flexibilidade de reorientação.

Portanto, dadas as características da economia, num contexto em que não existem mecanismos e instituições que asseguram o *upgrading* tecnológico, a estrutura de incentivos da economia força as empresas a entrar em actividades de baixo valor agregado, o que por sua vez reproduz a natureza primária, concentrada e de fracas capacidades da economia, impedindo a transformação económica.

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

O presente artigo mostrou que os elevados influxos de IDE durante as últimas duas décadas não alteraram a estrutura essencialmente primária da economia de Moçambique, mas marcaram a transformação da composição do crescimento económico da predominância de poucas commodities agrícolas e pesqueiras (o açúcar, o tabaco, o caju e o camarão) para excessiva concentração de produtos do complexo mineral-energético (a energia eléctrica, o alumínio, o gás natural, o carvão e as areias pesadas). O IDE, na forma de megaprojectos orientados para a exportação de produtos primários sem ou com baixo nível de processamento, domina não só as exportações e o investimento como contribui para a aceleração das importações, directa e indirectamente, através da demanda por infra-estruturas e serviços de suporte. De facto, os períodos com aceleração de influxos de IDE resultaram em igual ou superior importação de bens e serviços de construção e técnicos, o que mostra a incapacidade da economia de absorver a demanda dos megaprojectos. Assim, o artigo mostrou que a estratégia de acumulação actual gera enormes pressões sobre a balança de pagamentos, deteriorando o défice crónico do saldo da balança comercial.

O artigo demonstrou que é pouco provável que as capacidades para substituir importações a médio e longo prazo estejam a ser criadas, dado que está em curso na indústria transformadora doméstica um processo de desindustrialização prematura. A desindustrialização prematura em Moçambique é caracterizada pelo desaparecimento de indústrias ou perda gradual de capacidades produtivas e tecnológicas em áreas industriais de maior complexidade manifestada pela simplificação de processos produtivos, a favor de crescentes níveis de concentração à volta de actividades mais primárias. Portanto, a economia moçambicana, ao invés de diversificar a

produção e desenvolver-se tecnologicamente através da criação de novas capacidades, segue uma trajetória oposta à transformação económica: maior dependência de produtos primários e retrocesso tecnológico.

Por fim, o artigo mostrou que dadas as estruturas económicas existentes e as características das empresas nacionais, ligações produtivas entre pequenos e médios fornecedores nacionais e megaprojectos de IDE não permitem dinamizar e sustentar a industrialização da base produtiva, devido à natureza e à insustentabilidade das ligações que são criadas. Dado que a maioria das ligações é estabelecida no fornecimento de bens e serviços básicos dependentes de importações e de baixa intensidade tecnológica, as ligações são instáveis e vulneráveis. Isto, por sua vez, induz a um padrão de diversificação de actividades nas empresas que contribui para a redução da complexidade dos processos produtivos e para a perda de especialização industrial. Por outras palavras, as ligações reproduzem o carácter primário e de subdesenvolvimento tecnológico da economia, acelerando o processo de desindustrialização prematura.

Portanto, a natureza do crescimento económico cria fortes pressões sobre a sustentabilidade macroeconómica da economia. Primeiro, a economia é concentrada e desarticulada, dado que as actividades produtivas dominantes na economia funcionam paralelamente uma às outras, sem desenvolver ligações a montante e a jusante entre si. Segundo, a economia é excessivamente vulnerável à queda dos preços dos produtos primários nos mercados internacionais, como evidenciado pela actual crise que o País enfrenta. Terceiro, a economia é dependente de fluxos externos de capital para sustentar crescimento económico, o que reproduz as suas características actuais. Quarto, a estrutura de incentivos criada conduz ao desaparecimento das fases de maior complexidade na cadeia de produção e à perda gradual de capacidades tecnológicas nas empresas, desencadeando um processo de desindustrialização prematura que impede a difusão de spillovers a partir do IDE para o resto da economia.

De modo a romper como carácter extractivo da economia e reverter o cenário de desindustrialização prematura enfrentado pela indústria transformadora, é essencial que a orientação da política industrial dê prioridade à intervenção na aceleração da aprendizagem e à acumulação de capacidades tecnológicas nas empresas industriais, deixando de se restringir somente ao aproveitamento de vantagens comparativas. De facto, o caso da economia de Moçambique mostra que, na ausência de capacidades produtivas e tecnológicas, a simples existência de recursos naturais é insuficiente para desencadear o processo de transformação económica.

REFERÊNCIAS

- AllAfrica (2016). *Mozambique's Secret Debt Triggers Economic Crisis*. Disponível em: <http://allafrica.com/view/group/main/main/id/00042683.html> (consultado a 10 de Maio de 2017).
- Amsden, A. H. (1989). *Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization*. Oxford: Oxford University Press.
- Amsden, A. H. (2001). *The Rise of «The Rest»: Challenges to the West from Late-Industrializing Economies*. Oxford University Press.
- Banco de Moçambique (2016). *Balança de Pagamentos 1980-2016*. Disponível em: http://www.bancomoc.mz/fm_pgLink.aspx?id=222.
- Banco Mundial (2016). *Mozambique Data*. Disponível em: <http://data.worldbank.org/country/mozambique> (consultado a 14 de Março de 2016).
- Bose, K. (2016). Oversupply, demand fall pulls down aluminium prices. *Business Standard India*. Disponível em: http://www.business-standard.com/article/markets/oversupply-demand-fall-pulls-down-aluminium-prices-116011900008_1.html.
- Brock, J. (2016). Mozambique's tuna fleet rusts as an African success story fades. Reuters. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-mozambique-debt-idUSKCN0XX160>.
- Castel-Branco, C. N. (2010). Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. N. (2014). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Routledge*, 41(1), 26-48.
- Castel-Branco, C. N. & Goldin, N. (2003). *Impacts of the Mozal Aluminium Smelter on the Mozambican Economy*. Report submitted to Mozal. Maputo.
- Castel-Branco, C. N. & Ossemane, R. (2010). Crises cíclicas e desafios de transformação do padrão de crescimento económico em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE.
- Chang, H.-J. (1994). *The Political Economy of Industrial Policy*. Basingstoke: Palgrave Macmillan. Disponível em: <http://www.palgraveconnect.com/doi/10.1057/9780230379329>.

- Chang, H.-J. (2002). *Kicking away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. Londres: Anthem.
- Cruz, A. S., Guambe, D., Marrengula, C. P. & Ubisse, A. F. (2014). Mozambique's industrialization. *Learning to Compete/Africa Growth Initiative*, 10. Africa Development Bank Group/UNU-WIDER.
- INE (vários anos). *Anuário Estatístico* (1996 a 2015). Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: www.ine.gov.mz.
- Khan, M. H. (2013). Technology policies and learning with imperfect governance. In J. E. Stiglitz & J. Y. Lin (eds.), *The Industrial Policy Revolution I*, 19-38. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Lall, S. (2004). Selective industrial and trade policies in developing countries: theoretical and empirical issues. In C. C. Soludo, M. O. Ogbu & H.-J. Chang (eds.), *The Politics of Trade and Industrial Policy in Africa: Forced Consensus?* Ottawa: Trenton NJ, Canada: Africa World Press, International Development Research Centre.
- Langa, E. (2015). «Ligações minadas»: o caso dos fornecedores nacionais da Vale e da Rio Tinto em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE.
- Langa, E. & Mandlate, O. (2015). Ligações entre grandes projectos de investimento estrangeiro e fornecedores locais: promessa de desenvolvimento. In C. Castel-Branco, N. Massingue & C. Muianga (eds.), *Questões sobre o Desenvolvimento Produtivo em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Lin, J. Y. (2003). Development strategy, viability, and economic convergence. *Economic Development and Cultural Change*, 51(2), 277-308. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/367535>.
- Lin, J. Y. (2013). From flying geese to leading dragons: new opportunities and strategies for structural transformation in developing countries. In J. E. Stiglitz, J. Y. Lin & E. Patel (eds.), *The Industrial Policy Revolution II: Africa in the 21st Century*, 50,72. Londres: Palgrave Macmillan.
- Mandlate, O. (2015). Capacitação das empresas nacionais e conteúdo local de megaprojectos em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE.
- Massarongo, F. (2016). Estrutura da dívida pública em Moçambique e a sua relação com as dinâmicas de acumulação. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- MIC (2016). *Política e Estratégia Industrial 2016-2025*. Republic of Mozambique.
- Radelet, S. C. (2010). *Emerging Africa: How 17 Countries Are Leading the Way*. CGD Books.

- Rodrik, D. (2007). *One Economics, Many Recipes: Globalization, Institutions and Economic Growth*. Oxford: Princeton University Press.
- Rodrik, D. (2015). Premature desindustrialization. *Working Paper*, 20935. National Bureau of Economic Research. Disponível em: <https://doi.org/10.3386/w20935>.
- Sanderson, H. (2017). *Aluminium on a Tear on Hopes for China Supply Cuts*. Disponível em: <https://www.ft.com/content/4d29e50a-de37-11e6-9d7c-be108f1c1dce> (consultado a 10 de Maio de 2017).
- Segura-Ubiergo, A., Thomas, A. H., Iyabo, M., Inui, K., Lledo, V. D. & Xiao, Y. (2014). *Mozambique Rising: Building a New Tomorrow*. Washington, DC: IMF.
- Warren-Rodríguez, A. (2008). An exploration of factors shaping technology-upgrading efforts in Mozambican manufacturing firms, 159. School of Oriental and African Studies, University of London.
- Warren-Rodríguez, A. (2010). Uncovering trends in the accumulation of technological capabilities and skills in the Mozambican manufacturing sector. *Oxford Development Studies*, 38 (2), 171-198. Disponível em: <https://doi.org/http://www.tandfonline.com/loi/cods20>.